



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00193928820208172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DPVAT empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEVERINA MARIA AZEVEDO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª,

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na fundamentação e parte dispositiva desta o seguinte:

No entanto, como a autora já recebeu a quantia de R\$ 1.600,00 resta a diferença de R\$ 8.018,75.

3. DISPOSITIVO.

Pelo exposto, **julgo procedente** o pleito autoral, com fulcro no art. 487, I do CPC, **para condenar a demandada ao pagamento do valor de R\$ 8.018,75 (oito mil e dezoito reais e setenta e cinco centavos), devendo incidir sobre este valor correção monetária a partir do evento danoso (acidente) e juros de mora a partir da citação (Súmula 426, STJ).**

Condeno ainda a ré a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, fixando estes em 10% sobre o valor da condenação.

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão CONTRADITÓRIA em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que na d. decisão exarada, verifica-se grave CONTRADIÇÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

OCORRE QUE NA PRESENTE DEMANDA QUE HOUVE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO NO CASO EM TELA, A EMBARGANTE, REITERA QUE **O PAGAMENTO FOI REALIZADO EM FAVOR DO**

EMBARGADO E O VALOR DA INDENIZAÇÃO NA MONTA DE R\$ 7.256,25 (SETE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) E NÃO DE R\$1.600,00 O QUAL FOI PAGO PELA COBERTURA DE DAMS, **CONFORME CONSTA DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS NUM. 72178404 - PÁG. 3 E RECIBO DE PAGAMENTO NUM. 72178404 - PÁG. 9,** TRAZEMOS A COLAÇÃO O COMPROVANTE DE PAGAMENTO, VEJAMOS:

BRADESCO	
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA	
FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE	
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
BANCO: 237	AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6
DATA DA TRANSFERENCIA:	07/06/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	7.256,25
*****TRANSFERIDO PARA:	
CLIENTE:	SEVERINA MARIA AZEVEDO DA SILVA
BANCO:	237
AGÊNCIA:	02140-7
CONTA:	000000051663-5
Nr. Autenticação	
BRADESCO0706201905000000000023702140000000051663725625 PAGO	

Portanto, necessária a apreciação das provas trazidas ao processo pela ora Embargante, uma vez que não foi considerado pelo juízo sentenciante que o pagamento administrativo ora noticiado.

Destaca-se que o seguro DPVAT é alvo de fraudes a todo instante! Não que seja o caso desses autos, mas as evidencias se relevam como tentativa da requerente em receber valor além do estabelecido por lei, ocultando o fato de já ter recebido a quantia de **R\$ 7.256,25 (SETE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)** na via administrativa.

Ressalte-se que a Embargante não está procrastinando na presente demanda, muito pelo contrário, busca a veracidade dos fatos, para a perfeita aplicação da justiça.

De acordo com os documentos anexados pela Embargante, nota-se que o pagamento da indenização ora pleiteada já foi objeto de análise e pagamento em sede administrativa.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos omissos suscitados, conferido-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o

fim de prover integralmente, para que sobre eles se pronuncie esse Ilustre Julgador, tudo por ser medida de direito e justiça.

Outrossim, informa a embargante que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações, a fim de evitar violação ao direito constitucional da ampla defesa e contraditório.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 30 de julho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE